

PROCESSOS EDUCATIVOS EXTRA-ESCOLARES DA SOCIEDADE GOIANA DO SÉCULO XIX: CONCEPÇÃO E FORMAÇÃO DA CRIANÇA POBRE

Yara Fonseca de Oliveira e Silva - UEG
Joyce Moraes Santana – UEG
Comunicação
Cultura e processos educacionais

Este trabalho busca sinalizar os resultados encontrados no projeto de pesquisa intitulado: *Processos educativos extra-escolares da sociedade goiana do século XIX: concepção e formação da criança pobre*, objetiva destacar a condição da cultura estabelecida nesse período e, ainda de inventariar dados sobre a educação extra-escolar do século XIX (1860-1870), para compor um banco de dados a partir da fonte pesquisada, o “Jornal Correio Oficial”, pertencente ao Arquivo Histórico de Goiás, através de leituras, fotografias e transcrição dos dados. O jornal Correio Oficial retrata a fala oficial que norteia uma proposta de formação do grupo goiano no século XIX, calcada nos princípios da moral cristã da igreja. Os filhos dos trabalhadores pobres estiveram reservados apenas a escassa oportunidade de um aprendizado elementar no século XIX em Goiás. A criança pobre recebia uma formação na sua comunidade para no futuro próximo ser preparada para assumir as mesmas funções de sua classe social.

Palavras-chave: concepção e formação, criança pobre, Goiás, século XIX.

A presente proposta de investigação teve como objetivo inventariar dados e informações no intuito de conhecer os processos educativos extra-escolares e as possíveis concepções teóricas que influenciaram no processo formativo da criança pobre do século XIX. A fonte pesquisada foi o documento oficial o “Jornal Correio Oficial” das décadas de 1860 e 1870, na qual foi realizada a leitura, a captação, e a transcrição de notícias referente à instrução pública no século XIX, tendo o intuito de buscar sinalizações que desvele a concepção e a formação da criança pobre, para a posterior construção de um Banco de Dados, que contribua com os estudos históricos da educação em Goiás.

O Brasil na segunda metade do século XIX encontrava-se num contexto de transformações econômicas, políticas e sócio-culturais, e, portanto, precisava se modernizar na sociedade capitalista. Nesse contexto em que o trabalho se modifica, verifica-se a necessidade da criação de escola para as classes populares sob a tutela do Estado.

A especulação se dava em torno da organização de uma escola em que o ensino fosse uniforme a todos, pois com isso haveria um treinamento para o comportamento do novo cidadão, entendia-se que ao investir na educação do cidadão estaria relacionada à formação do eleitor, pois com o grande número de analfabetos não havia condições de escolher seus representantes, o que significa dizer que o interesse era que a formação dentro da escola objetivava a treino do trabalhador nacional e a preocupação era de ensinar o filho do pobre e do negro liberto a “amar o trabalho”, daquela sociedade que se encontrava em pleno desenvolvimento nas forças produtivas do capital.

A instrução pública é definida como gratuita para todo cidadão de acordo com a Carta de Lei de 25 de março de 1924, nesse sentido contempla-se oficialmente a infância e a mesma se faz legalmente reconhecida na instrução pública desse século. É preciso para isso ressaltar que a educação escolarizada se instituiu como forma legal a

partir da primeira Lei sobre Instrução Pública do Estado de Goiás de 1835, o que se pode compreender que no início deste século havia uma proposta de formação cultural às crianças dentro da instituição escolar com idade entre 5 a 14 anos. Diante disso o objetivo desse trabalho é pensar a formação da criança pobre que está fora da escola, ou seja, que concepções existiam no contexto sócio-econômico e político, que era vivido pelo grupo social goiano, que estava seguramente atrelado à concepção religiosa, e que, influenciavam como fatores condicionantes na educação extra-escolar da criança pobre.

A percepção que se tem da criança pobre nesse século é de um ser sem vontade e sem direito, e, portanto, a formação se propunha a ser de caráter moral e manual em detrimento do aspecto intelectual. Assim, a infância pobre ficava marcada pela exclusão e subordinação da elite. Ao analisar a história da infância em Goiás, deve-se atenção para o fato de que a infância goiana não recebeu muita atenção no que se refere à educação, ao contrário disso, a infância era desenvolvida por meio de práticas carregadas de disciplina e horário rígidos. Com base nessas premissas, identifica-se no contexto educacional brasileiro do século XIX, uma infância historicamente negligenciada, pois as práticas educativas percebiam a criança como um adulto em miniatura ou como um futuro homem ou mulher os quais deveriam desempenhar de forma responsável os seus papéis na sociedade.

A criança pobre que se encontra fora da escola tem, portanto, uma formação dada pelas instituições de caridade, destinadas a fornecer alimento e abrigo, ou seja, garantir as necessidades básicas para a sobrevivência humana, o que pretendia domesticar e instituir os princípios morais religiosos, no intuito de formar o outro na perspectiva da passividade. O que significa entender que o cuidado se dava de forma massificada a partir de atitudes arrogantes, que desqualificava e humilhava o pobre para depois oferecer-lhe o atendimento como uma dádiva.

A investigação, portanto, se justifica por buscar conhecer as possíveis concepções teóricas que se fazem presentes no contexto do século XIX, vivenciados no grupo social goiano, e que provavelmente influenciaram a formação extra-escolar da criança pobre, através dos fatores condicionantes sócio-econômicos e políticos, atrelados à concepção religiosa. Nesse sentido a pesquisa se faz através das propostas oficiais que estão nos documentos da época e, em específico a fonte do Jornal “Correio Oficial” na segunda metade do século XIX, como que o pensamento oficial se converte em realidade, ou seja, passa do domínio dos governantes e se naturaliza para o domínio comum dos sujeitos que fazem parte de um grupo em formação. A hipótese que se apresenta é que as crianças pobres recebiam uma formação de caráter assistencialista fundada nos princípios da Igreja Católica.

Diante disso é preciso buscar compreender como o pensamento oficial do século XIX, através do jornal “Correio Oficial”, propiciou possíveis influências na formação da infância extra-escolar. A questão é, qual a imagem construída da infância nesse século e como essa pode ter se cristalizado e que ainda pode se fazer presente em pleno século XXI, ou seja, qual a representação que temos em nossa marca social da criança pobre?

A investigação desse documento oficial do século XIX, serve para explicitar as concepções presentes naquele contexto histórico, bem como os mecanismos utilizados e as políticas criadas nesse século, e quiçá, subsidiar melhor a compreensão para possíveis críticas da atual proposta política educacional do século XXI, de formação da criança pobre, é isso que justifica o presente estudo.

O material coletado nessa atividade de pesquisa tem o interesse de subsidiar um banco de dados para estudos históricos da educação em Goiás, através de um documento oficial da época, o Jornal “Correio Oficial”, na segunda metade do século

XIX, em específico as décadas de 1860 e 1870. A fonte selecionada justifica-se por ser esse projeto um dos que se propõe a realizar um trabalho coletivo pelos diferentes núcleos e que através da leitura desse documento espera-se constituir elementos para pensar a formação extra-escolar da criança pobre.

A forma como essa atividade se desenvolveu inicialmente se deu através de reuniões entre professora orientadora e a aluna bolsista, com o intuito de inicialmente planejar e organizar as etapas e atividades que seriam desenvolvidas no decorrer do projeto. A partir daí estabeleceu-se encontros mensais na UnU - entre professora e aluna - para a discussão do referencial bibliográfico de Bretas (1991), Valdez (2003), Silva (1975), os quais subsidiaram as reflexões sobre a temática estudada. É oportuno dizer sobre a importância das mensagens eletrônicas que estiveram sempre presentes como uma forma de comunicação e para a retirada de dúvidas entre o grupo de pesquisa.

A atividade relevante desse estudo se deu através das visitas semanais das pesquisadoras ao Arquivo Histórico de Goiás – praça cívica em Goiânia - para a coleta de dados no Jornal “Correio Oficial”, das décadas de 1860 a 1870, nas segundas e sextas feiras. O processo de coleta de dados realizou-se através de leituras, fotografias e transcrições dos livros que se encontravam o “Jornal correio Oficial”. Os livros que representam os anos das décadas de 1860 e 1870, são os de número 13 (1864 e 1865), 14 (1866), 15 (1867, 1868,1869), 16 (1871), 17 e o 18 (1872), 19, 20 e 21 (1873), 22 (1874), 23 (1875), 24, 25 e 27 (1876), 28 (1877), 29 e 30 (1878), e finalmente o de número 32 (1879), o objetivo era, portanto, inventariar dados acerca da educação extra-escolar existentes em cadeias, aldeamentos indígenas e outros.

As primeiras visitas aconteceram com algumas dificuldades, pois apesar da orientação das funcionárias do arquivo, de manusear os livros com “luvas e máscaras”, para a prevenção do pó ou qualquer tipo de ácaro, o que é próprio do material envelhecido, era algo difícil de ser realizado tanto pela temperatura – calor na sala - como pelo manuseio com as folhas, ocorrendo a captação de dados praticamente sem as precauções devidas.

A atividade consistia em ler todo o livro e a partir daí encontrar dados que tivessem relação com a instrução pública, em específico com a concepção e a formação extra-escolar. As notícias foram fotografadas com a câmera digital, de recurso próprio da aluna, o que agilizou o processo de transcrição do documento “Correio Oficial”, pois se fossem transcrevê-los no próprio arquivo teria que se dispor de um tempo maior para a realização da atividade.

Após a captação de dados no arquivo, por meio de fotografias, o núcleo de pesquisa inicia a segunda fase do trabalho, que se caracteriza pela transcrição dos dados retirados do documento para a composição do banco de dados. Para essa transcrição foi utilizado os computadores da UnU através da digitalização dos dados. A partir daí a terceira e última parte da atividade se fundamenta na atividade de análise, com sustentação teórica do referencial bibliográfico selecionado, o qual compõe o grupo de estudiosos regionais e pensadores que fundamentam o pensamento da época estudada.

A proposta de construir um banco de dados se justifica por ser este uma fonte de informação da qual derivamos dados, uma interação com o mundo real público que demonstra interesse nos bancos contidos no banco. Portanto, estudar a forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada pelo grupo social do século XIX, e, que possivelmente tem gerado no senso comum uma representação de formação que se vem construindo e adquirindo da criança pobre em pleno século XXI.

Essa investigação, de caráter qualitativo, traz como fonte direta os dados do “Correio Oficial”, através do contato estabelecido com o arquivo histórico de Goiás, em que se realizou a captação, a transcrição e a análise dos dados, sendo importante

destacar ainda, a frequência no local para a contribuição do entendimento do contexto, pois as aparências tendem a enganar, e quem não vivencia a experiência da presença no campo de pesquisa arrisca-se a realizar julgamentos prévios, como tais inadequados a uma explicação de caráter científico.

Este trabalho de pesquisa sobre a formação extra-escolar da criança pobre se faz de forma tímida e com necessidade de maior aprofundamento, porém acredita-se que o resultado aprendido é fundamental para a compreensão da proposta instituída no século XIX. A mesma é permeada por princípios religiosos, que atualmente a escola vivencia seus ranços, ou seja, o grupo social ao incorporar uma concepção atrelada à submissão e obediência aos que detém o poder conseqüentemente se faz prejudicado e discriminado, e, possivelmente com maior dificuldade da consciência política de seus direitos enquanto cidadão.

Dentre as diversas notícias encontrada no material pesquisado referente à instrução pública tem-se a regulamentação da condição do professor, ou seja, da forma como o professor teria sua nomeação, substituição, exoneração, jubilação e a aplicação de suas penas pelos inspetores gerais e paroquiais, sendo que o mesmo teria o direito de defesa por escrito, assim como as licenças concedidas para o tratamento de saúde na capital ou outros interesses do professor. Uma notícia daquela época que ainda se faz presente era a obrigatoriedade do controle da frequência, através do livro de ponto, instrumento que deveria ser assinado pelo diretor e por todos os professores no intuito de supervisionar constantemente os passos do profissional da educação.

A criança pobre poderia acessar à escola de acordo com os critérios estabelecidos pelo Presidente da Província. Diante disso era também divulgada nesse jornal oficial, de quem era a responsabilidade do material utilizado nas escolas públicas, ou seja, o financiamento de todo expediente assim como a mobília da aula e os livros dos alunos cujos pais forem indigentes serão fornecidos pelos “cofres provinciais”, o que significa entender que a legislação da época definia o dever do Estado de arcar com as despesas da estrutura dessa instrução. O que era visível nos informes do jornal era a concepção e o pensamento rígido do comportamento dos alunos, o que obrigava os alunos a se manterem disciplinados. Nesse documento oficial é perceptível a ausência de informações concretas sobre a concepção e a formação da criança pobre, pois não era de interesse desse documento.

No entanto ao continuar a leitura do documento oficial algumas sinalizações são presente para a análise da formação das crianças que estariam fora da escola, como por exemplo, o grupo de indígenas. É possível concluir que a formação dos indígenas era pensada a partir das informações solicitadas ao diretor dos índios, questões como: número de “almas” do aldeamento, distinguindo sexo, idade e estado, seus costumes e as características da tribo serviriam como base para a “catechese”, instituída formalmente pela província. O propósito do serviço público de recolher as informações das tribos indígenas serviria para a proposta de uma “educação catequizadora”.

Os dados capturados do jornal revelam que a concepção dos dirigentes das províncias do homem indígena era a de um potencial trabalhador, que ao realizar mão-de-obra no comércio local beneficiaria a província. Portanto notícias sobre os aldeamentos eram divulgadas constantemente, como era o caso de Pedro Affonso e Thereza Christina fundados em 1819, dirigidos pelo missionário Frei Raphael de Taggia, sendo o mais importante, o de Thereza Christina, cuja população excedia a três mil almas.

O que se constata é que os índios deveriam ser empregados na agricultura e na navegação, pois o diretor geral dos índios informava a importância daquela povoação e de seus benefícios para a província pelas suas condições favoráveis à agricultura e ao

comércio. Porém por outro lado havia no jornal a cobrança dos comandantes aos guardas em relação a conduta desses com os índios, no sentido de afugentar os índios que estiverem fazendo “excursões” nas vizinhanças da província, o que significa entender que o indígena tinha uma imagem de um ser não civilizado. No começo da década de 1870, pode-se concluir que a preocupação maior era a de confirmar o estudo da catequese vinculado à instrução das primeiras letras, o que se verifica é a proposta de concepção religiosa sendo implantada nas escolas através da possível compra de livros que seriam distribuídos nas escolas de 1ª Letras. Sendo assim para construir e estruturar as escolas era preciso da ajuda econômica de quem detinha esse poder, e, conseqüentemente posteriormente esses mesmos contribuintes poderiam estar influenciando no conteúdo transmitido na escola.

Outro dado importante retirado pelas leituras do jornal oficial é a criação de escolas masculinas, as quais estavam presente no ano de 1871, em Mossâmedes, e, ainda a contratação de professores para Corumbá com base no Regulamento de 1869, tendo em vista que o professor para lecionar na escola masculina de Corumbá teria que ter no mínimo seis anos de experiência. Neste mesmo ano foi designado que era necessária a relação de quantos alunos estavam freqüentando a escola nos dias, meses e anos. Verifica-se também a necessidade e a carência de material escolar para o desenvolvimento das aulas.

O Colégio Isabel localizado no Vale do Araguaia, de acordo com informações do jornal pesquisado foi fundado no presídio Leopoldina, com o propósito de ser um “centro da ideia da catechese”, nesse sentido tinha o objetivo de receber os índios para a instrução pública, através das primeiras letras, a educação profissional e a catequese. Sempre com um responsável pelo grupo como pode ser visto no relatório de apresentado na Assembléia Legislativa da época, o que se constatou nas leituras do jornal é que o governo imperial ao criar escolas como o “collegio Isabel”, intencionava dar instrução religiosa e profissional aos índios, e que ao funcionar em um local provisório, como uma casa de presídio, percebe-se o pouco valor à estrutura física dessa escola.

A criação de escolas para ambos os sexos era pedido freqüente da população ao governo, pois havia pouca escola e bastantes alunos, não tendo lugar suficiente para todos, apesar da instrução pública ser destinada a todos, ainda assim os números de escolas eram insuficientes. Outra questão discutida era o pagamento dos professores, que necessitariam dos pagamentos do corpo legislativo para receberem, e assim ver se restava alguma verba para o investimento na construção de escolas.

Tendo em vista a necessidade de alguns materiais e bens para alguns aldeamentos, o governo da Província mandava alguns instrumentos e animais no qual os índios além de trabalhar poderiam utilizá-los, como é o caso da vaca, pois a mesma era utilizada para arar a terra e retirar o leite para beber, o que se pode constatar que o Governo tinha um olhar assistencialista em relação aos índios, prova disso era sua preocupação em dar o que “comer, instruir para o trabalho e preparar as almas”, no intuito de servir a Deus com total obediência, com isso seria possivelmente mais fácil de dominá-los, como pode ser visto “entrelinhas”.

No decorrer do trabalho de pesquisa as publicações a partir de 1874, passam de uma vez por semana a ser publicada duas vezes por semana, sendo na quarta-feira e aos sábados, porém a qualidade do material permanece em péssima condição de manuseio, mesmo com o extremo cuidado das funcionárias do Arquivo Histórico de Goiás para a conservação dos documentos históricos.

O que se verificou durante a pesquisa é que alguns livros como o de 1871 e 1875, mantêm uma qualidade melhor de visualização do que os livros de 1864, 1865,

1866, 1867, 1869, referindo aos livros 13, 14 e 15. Dentre os livros pesquisados do arquivo histórico tem-se a ausência de livro do ano de 1868, pois não consta publicações referente a esta data. O livro nº 21 trata de recenseamentos da província. Enquanto que o livro nº 17 é a mesma edição de 1871 e o livro 24 é a mesma edição de 1875. No século XIX houve grandes e importantes fatos que favoreceram para a conjuntura geral da Instrução pública, pode-se concluir que a partir de 1864, com a Resolução de nº 375 de 10 de setembro, iniciou-se um movimento fundamental para o contexto da educação no estado de Goiás, que foi a criação de um colégio na Capital que atenderiam crianças internas e externas.

Com esta lei é certo afirmar que os alunos de origem pobre tinham possibilidade de acesso a uma formação escolar, ainda que tivesse que obedecer a alguns critérios, pois na verdade as escolas eram destinadas a alunos da elite, e, portanto a criança de origem pobre era destinada apenas para o trabalho rural e doméstico.

Os pobres e órfãos para entrar na escola tinham que passar por exames de admissão, ou seja, testam sua capacidade intelectual, sendo assim as crianças pobres passavam por um processo de formação atrelada a submissão das pessoas com maior condição financeira, pois dependiam da elite para ganhar seus uniformes e livros e, daí poder estudar.

A pesquisa constatou que entre os processos educativos extra-escolar, além da proposta de educação dos indígenas, tinha se também no século XIX, diversos presídios, como Jurupensen e Santa Leopoldina, e neles instituiu-se centros de educação, nos quais os presos tinham a instrução primária e oficinas, em que aprendiam a lidar com a terra, com os animais, com a carpintaria, e outros.

Um dos elementos mais presente na educação extra-escolar é a “catequese”, pois era através dela que o Governo conseguia fornecer a instrução para os índios, que não freqüentavam as escolas normais, os quais moravam nos aldeamentos de Pedro Affonso, São José do Araguaia, Carretão, Piabanhás, Chambioás e Boa Vista.

Em um relatório o presidente da Província manifesta sua opinião em relação a civilização dos índios e a catequese, ao que parece os missionários era reconhecidos pelo seu trabalho de civilizar o indígena e, portanto, possibilitar o progresso daquela Província. Em 1872, muito se comentava a respeito da educação, a Resolução advinda da Lei do Ventre Livre cuja propósito maior era matricular filhos de escravas nas escolas existentes na época. Em 20 de março de 1872, tornou-se público o regulamento de 1º de dezembro de 1871, no qual os filhos de mulheres escravas poderiam ser matriculados na escola.

A partir das transcrições do “Correio Oficial”, pode-se verificar a representação da criança indígena no século XIX, pois o intuito era de “civilizá-las” para que as mesmas tivessem condições de viver em sociedade, portanto, é visível a influência da Igreja Católica na formação dos índios, pois se refere ao mesmo como animal que precisam ser domesticados, e desprovidos de conhecimento no qual seriam incapazes de resgatar almas, ou seja, não conseguiriam instruir outros índios a se dedicar ao sacerdócio, para propagar a catequese, se preocupavam em ocupá-los em plantar e trabalhar para eles em regime de domesticação e submissão.

Por ultimo é importante revelar a condição do deficiente “surdo-mudo”, nesse século no Estado de Goiás, a proposta era criar instituições nos lugares em que moravam os “infelizes”, porém isso não era fácil, o que significa dizer que muito ainda havia a ser feito para a formação do deficiente. Com base neste estudo conclui-se que a criação de um instituto no qual abrigaria pessoas surdas-mudas tinha um caráter assistencialista, pois tinha princípios públicos e de caridade, ao identificar os surdos-mudos de pessoas infelizes, demonstravam preconceito referente a essas pessoas.

Em relação aos dados coletados sobre instrução pública, muitos deles não puderam ser comentados, porém os mesmos estarão à disposição para a construção do banco de dados no sentido de contribuir com o estudo da história da educação em Goiás.

É possível concluir que a educação tem sido um instrumento de manutenção e de privilégios da e para a elite dominante. A escola tem sido destinada a educação dos filhos da nobreza, enquanto isso, os filhos dos trabalhadores pobres estiveram reservados apenas a escassa oportunidade de um aprendizado elementar ou ainda no século XIX em Goiás uma formação na família ou comunidade que estava inserida, para no futuro próximo ser preparada para assumir as mesmas funções de sua classe social.

O jornal “Correio Oficial” revela em seu discurso diversas questões sobre a formação do cidadão, fazendo referências sobre a implantação, o financiamento, a estrutura física e o funcionamento da escola. Diante do documento pesquisado é possível perceber que o jornal retrata a fala oficial que norteia uma proposta de formação do grupo goiano no século XIX, calcada nos princípios da moral cristã da igreja.

Se as escolas da época eram precárias e irregulares, a formação da criança que não a freqüentava se fazia ainda muito menos, ou seja, era apenas para catequizar e domesticar os filhos de negros e índios, ou branco pobre. A hipótese inicial levantada para conclusão dessa atividade é que essas duas décadas não havia sequer concepção de formação para a criança pobre no Estado de Goiás, pois as notícias dificilmente mencionava o termo “criança”, praticamente em todas as notícias sobre instrução não definiam idade, ao contrário da força e o poder da igreja, algo presente nessas duas décadas do século XIX. No entanto no decorrer da leitura do documento percebe-se uma mudança de olhar, quando próximo da república, ao que parece o interesse começa a aflorar talvez pelo interesse de instruir para o trabalho relacionado à agropecuária e oficinas manual existente em nosso Estado.

Em relação à concepção e a formação da criança pobre é preciso antes de tudo lembrar que a criança ao nascer trás potencialidades que possivelmente serão desenvolvidas no seu processo de socialização de acordo com a formação que lhe for oferecida. Essa socialização propicia a aprendizagem no decorrer de sua formação, ou seja, a forma de pensar, de conceber o mundo social através dos símbolos (linguagem, gestos e outros). Diante disso constata-se que a educação extra-escola era dada pelo grupo social dominante e religioso que tinha a intencionalidade de inculcar nas crianças a obediência que corresponde pela continuidade da manutenção da classe dominante.

É fato, portanto, que por detrás de qualquer processo de socialização, por menos consciente que ele seja, existem sempre valores socialmente formulados na razão da própria existência do grupo, nesse sentido pode se afirmar que a educação desse século possibilitou uma formação de submissão, constituindo uma cultura que passa a atuar sobre o meio, transformando ou conservando, numa palavra, fazendo história do grupo goiano que possivelmente ainda se faz presente em nosso momento atual.